

Fonte: *Fernand Oliva (Museu)*

Class.: 133

Data: 25.01.86

Pg.:

Governo não cumpriu acordo com os Bororós

Cuiabá
Do serviço local

O superintendente regional da Funai, Cantídio Guerreiro Guimarães, informou ontem à noite que o governo do Estado não poderá cumprir o acordo firmado há quatro anos entre o Dermat (Departamento Estadual de Estradas de Rodagem) e os índios Bororós da Reserva de Merure, Município de General Carneiro, e que garante aos indígenas a indenização de Cr\$ 2,26 milhões pela implantação do asfalto na BR 070, que corta em 60 quilômetros a reserva. Ontem mesmo, Cantídio Guimarães transmitiu aos três porta-vozes dos Bororós, a deci-

são do governo, tomada ontem à noite.

O impasse entre os Bororós e o Dermat começou esta semana, quando os índios decidiram interromper as obras na BR-070 e exigir o pagamento da indenização. O diretor-geral do Dermat, Osvaldo Costa, disse ontem que faltava apenas dois quilômetros para a firma empreiteira concluir as obras de pavimentação no trecho da reserva indígena. Ele informou ao superintendente da 5ª Delegacia Regional da Funai que o governo não tem recursos financeiros para atender, de imediato, as exigências dos índios.

TRANSTORNOS

Cantídio Guimarães

advertiu que a decisão do governo do Estado, ontem, poderá causar violento transtorno no tráfego da BR-070, que liga Cuiabá a toda a região Leste. Os índios já avisaram que se a indenização não for efetuada antes do término das obras, a rodovia será interditada. O superintendente da Funai lembra que a interdição da BR-070 "isolará todos os Municípios da região Leste — como Barra do Garças, General Carneiro e Nova Xavantina — além de causar enormes prejuizos aos transportadores de carga e demais usuários da rodovia".

Ele afirmou que a Funai nada poderá fazer no sentido de equacionar o im-

passe "já que uma decisão sobre o pagamento da indenização só poderia ser tomada pelo governo do Estado, que firmou o acordo com os índios através do Dermat. Cantídio Guimarães alertou que a interdição da BR-070, só poderia ser impedida pela Polícia Federal, posto que as vias de entendimento entre o governo estadual e os Bororós já estão esgotadas. Revela que, além da indenização, os índios exigem ainda serviços como melhoria de campo de pouso da Reserva de Merure, e a restauração de estradas.

A decisão do governo deverá ser levada amanhã, pelos três porta-vozes indígenas.